

29
CORPO DIRECTIVO: ANTÓNIO SÉRGIO, CAMARA REYS, FARIA DE VASCONCELOS, JAIME CORTESÃO, RAÚL PROENÇA. REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Praça de Luís de Camões, 46, 2.º (sede da Universidade Livre), Telefone, 4322 Central, para onde deverá ser dirigida toda a correspondência. PROPRIETÁRIA E EDITORA: Empresa de publicidade *Seara Nova*.

N.º 23

MAIO DE 1923

SEARA NOVA

Problemas políticos nacionais

A política de Oliveira Martins

Um tal corpo de ideias leva o espírito para as doutrinas da máxima conservação; e aí ficaria, se não reconhecesse também que a educação do homem ensinou-lhe cousas absolutas, muitas das quais o liberalismo anunciava.

OLIVEIRA MARTINS.

Para compreendermos Oliveira Martins, lembremos os dois erros essenciais da atitude do europeu actual (chamando «europeu», neste caso, ao homem educado na civilização da Europa): o não se ter compenetrado até hoje do carácter relativo de todas as cousas, da mobilidade essencial de tudo que existe (carácter de que procede, logicamente, que a melhor solução dos problemas humanos está sempre numa resultante de impulsões opostas, no equilíbrio instável, e sempre novo, dos termos abstractos de uma antinomia); e o ter confundido o progresso do ho-

mem com o progresso das cousas de que se serve o homem, como a ciência, as máquinas, as comodidades, a «civilização», — cousas essenciais, sem dúvida nenhuma, para engrandecer e embelezar a vida, para dar serenidade e harmonia ao espírito, mas não elas próprias a beleza da vida, o progresso do homem e o seu bem supremo. Na escola, sacrificamos a criança ao ídolo do Conhecimento; no trabalho, sacrificamos o adulto ao ídolo da Riqueza; na política, sacrificamo-nos umas vezes ao ídolo da Liberdade, outras ao da Ordem, da Autoridade,

da Subordinação. E todos se queixam, todos acusam, protestam todos, voltando-se todos para um Absoluto. A culpa, dizem uns, é do princípio da autoridade: sejamos anarquistas; a culpa, conclamam outros, é dos liberais e individualistas: matemos a democracia; e outros acusam a Igreja católica, e alguns denunciam o próprio Cristo; e outros a Reforma, e Lutero, e os Enciclopedistas, e a Revolução...

Não há culpado a não ser Deus, para quem acredite num Criador. Ou aceitamos a relatividade e a implicância recíproca das contraditórias, ou andaremos aos bordos, como um ébrio, entre os termos opostos das antinomias. Não foi isto nem aquilo, mas toda a história da humanidade, nos factos e nos pensamentos, quem trouxe a situação em que nos encontramos, bem como as soluções doutrinais que se impuseram por toda parte na primeira metade do século XIX. O *natural* — dizia-se então — era a bondade e a harmonia; perverteram-nos as instituições. A máxima felicidade obtinha-se pois libertando os indivíduos de todas as peias e regulamentos a que a consideração do bem geral os submettera até aí. Os interesses dos indivíduos, expandindo-se indefinidamente, por si mesmos se coordenariam numa harmonia superior. Chamou-se a doutrina, como todos sabem, Liberalismo, — Individualismo na Moral, Livre-cambismo na Economia, Parlamentarismo na Política. Destruíram-se assim todos os vínculos que prendiam o indivíduo à sociedade, e esperou-se de aí a felicidade dos povos. Na geração seguinte, porém, os críticos começaram a desmentir as previsões dos optimistas: não era a harmonia espontânea o que eles observavam no liberalismo, mas a guerra dos indivíduos e das classes, o esmagamento da maioria, a prepotência dos argentários, as reclamações violentas dos desfavorecidos, o parvenusismo desenfreado, o governo dos intrigantes e dos sem-escrúpulos. E começaram a protestar, dizendo que a sociedade não podia ser a simples co-existência dos egoismos soltos: ela era um organismo, um organismo vivo e centralizado, tal o corpo de cada um de nós, onde os órgãos não funcionam como seres independentes, mas exercem todas funções restritas, sujeitas à ideia do ser total. Em vez do «laissez faire, laissez passer», cumpria estabelecer um regime político de protecção e de garantia, defender o interesse geral contra os abusos dos indivíduos, procurar as formas de agregação mais favoráveis ao bem comum. Foram surgindo projectos amplos para a reorganização da sociedade, que todos ca-

biam, melhor ou pior, na designação vaga de socialismo, — doutrinas, dizia Herculano, fortes e justas como crítica, mas inanes como construção.

Republicano teórico, socialista de Estado (ou catedrático): assim nos aparece Oliveira Martins. O socialismo, para ele, era a solução da antinomia individualismo-comunismo, uma ultra-demagogia unida a um ultra-conservantismo. Breve se convenceu de ser quimérica, ou simplista, uma radical transformação na estrutura económica das sociedades, e illusória uma mudança das instituições políticas. Em 78, nas *Eleições*, fala com o maior desprezo dos «homens do boné frigio», e

«já lá vai tempo» — escrevia em 85 — «em que cada grupo gisava o seu projecto e todos supunham depender o bem-estar e a riqueza de um povo da adopção exclusiva de um certo sistema de fórmulas constitucionais. A cauda e o resto de um tal estado de espírito vêm-las no nosso radicalismo actual, que, sem ideias definidas capazes de se traduzirem em leis, sem noções próprias acerca do regime das forças e elementos sociais, parece estar esperando tudo de uma solução teatral, — do facto simples, e, sob este ponto de vista, relativamente indiferente, do poder moderador ser exercido por um rei ou por um presidente eleito.»

Restava, pois, sem radicalismos políticos ou sociais, sem mutação súbita e teatral, intervir concretamente na política do País, dentro da estrutura geral das sociedades contemporâneas, e segundo as ideias do socialismo do Estado.

Em primeiro lugar, abandonado o livre-cambismo e todas as doutrinas absolutas, o seu pensar é nacionalista. Os organismos sociais são nações, e, para que possuam vitalidade, devem quanto possível ser completos. Há que fomentar, portanto, o máximo de formas de produção, não ser «essencialmente agrícola», ou industrial, mas ser essencialmente todas as cousas, protegendo (*com o necessário tino*) as várias espécies de riqueza nascentes e viáveis. Filia-se, pois, na corrente que preconiza a colonização metropolitana, contra o predomínio tradicional do comércio e do transporte, adoptado pelo Fontismo.

Podiam, porém, realizar-se as reformas com o sistema político adoptado, com o Parlamentarismo continental, monárquico ou republicano? Parecia-lhe que não podiam. O Parlamentarismo, para Oliveira Martins, era uma instituição aristocrática, inadequada como tal ao funcionamento da Democracia. Esse carácter aristocrático tiveram-no os parlamentos

continentais nos primeiros tempos do novo regime, graças ao sistema censitário; mas

«a vitória completa da Democracia, ampliando o exercício do governo ao comum dos cidadãos, faz baixar necessariamente o nível individual dos governantes... A Democracia, pois, é a causa da depressão dos governantes no ponto de vista da sua capacidade técnica. É, não quer dizer porém que tenha de ser. E', no estado democrático nosso contemporâneo, estado de ensaio e de iniciação.»

Uma outra forma de representação poderia levar aos Parlamentos outra espécie de indivíduos, de maneira que a classe política, encarregada de governar e representar a colectividade, se não divorciasse completamente das pensantes e produtoras.

Haviam-se separado teóricamente, segundo o modelo da Inglaterra, o poder legislativo e o executivo; aquele compreendia duas câmaras, popular e aristocrática; e o trono, enfim, constituía o poder moderador. Mas os próprios indivíduos que implantaram o sistema fizeram o necessário para destruir a doutrina, porque, cerceando as regalias do trono, e arrasando todos os privilégios que mantinham uma aristocracia como classe social, iam reduzindo à unidade aquela triada primitiva do equilíbrio parlamentar. Por fim, proclamou-se a unidade do poder legislativo numa câmara eleita por sufrágio universal, ao mesmo tempo que se pervertia a natureza das instituições: os «legisladores», tomados individualmente, tornaram-se o verdadeiro executivo pela pressão que exerciam sobre os ministros a favor dos amigos e protegidos, ao passo que, como o menor dos seus cuidados era discutir e redigir as leis, eram os governos que constituíam o verdadeiro legislativo. De facto os ministros eram governados pelos chamados «legisladores», que por seu turno se deixavam governar pelos influentes, governados por sua vez pelos galopins locais.

A crítica do Parlamentarismo, em Portugal, não se impôs ao público de maneira nítida, sistemática e conclusiva; foi, porém, relativamente importante: basta citar as *Farpas*, de Ramalho, os *Princípios de filosofia política*, de António Cândido, as *Eleições*, de Oliveira Martins, e o livro *Da nacionalidade e do governo representativo*, de António de Serpa Pimentel.

Enfeixando as críticas estrangeiras e as suas próprias observações, Oliveira Martins apresenta-nos, implícitas e explícitas, todas as

ideias de que se apropriou o reaccionarismo do nosso tempo; mas não caiu, como se está vendo, no simplismo reaccionário. Consideradas à primeira vista as ideias críticas mais salientes, julgá-lo-eis próximo de um Maurras; na estrutura íntima, porém, encontram-se diferenças fundamentais; também a baleia parece um peixe, e a enguia uma cobra. Que é que o afasta de um reaccionário puro? Aquilo que o afasta de um jacobino: a doutrina das antinomias; uma ideia larga e mais profunda dos princípios da Democracia. Nas antinomias da política, o reaccionário só vê bem um termo, e o jacobino o outro; Oliveira Martins compreende os dois. Não rejeita, portanto, as aspirações do racionalismo; não tem como peças necessárias, fundamentais, um monarca hereditário e a apologia da Igreja católica como instrumento de organização política. Inimigo do positivismo como filosofia, éle está mais próximo do positivismo político do que os sectários portugueses dêsse sistema. Vemos nele, muito explicitamente: 1.º a distinção, no problema político, entre o *espírito racionalista* e o *método científico*, positivo, realista, o primeiro dos quais, segundo Maurras, leva à Democracia individualista, e o segundo à Monarquia; 2.º o desamor à «loucura gigantesca que se chamou Revolução francesa»; 3.º a repulsa do Parlamentarismo; 4.º a «teoria da representação orgânica»; 5.º a crítica à «soberania nacional», à «liberdade», ao «progresso», às «sonoras palavras e mitos aéreos de que vive há muitos anos a política», bem como à confusão «liberal» dos processos administrativos com os políticos. A sociedade, diz, não é a «soma bruta dos indivíduos, mas a nação organizada em famílias, em associações, em comunas, em órgãos sociais, administrativos, económicos, geográficos» (V. as *Eleições* e a *Política e economia nacional*, 1.ª parte): é por êsses órgãos sociais que se deve fazer a representação. Mas os povos latinos, segundo afirma, são «levados pela embriaguez racionalista», e

«não é de crer que a representação orgânica vingue por largos tempos. *Positiva, científica, realista*, não se presta a excitar entusiasmos, nem a provocar frases retóricas; diante dela desfazem-se as sonoras palavras e mitos aéreos de que vive há muitos anos a política. A soberania nacional, expressão que analisada corresponde a coisa alguma; o progresso, que as sciências da natureza nos demonstram cabalmente ser um fenómeno sem ser uma lei, pois progredir e decair, medrar e morrer, são factos comuns a todas as esferas, cosmológicas, biológicas e sociais; a liberdade, cuja expressão psicológica é desvirtuada confundindo-se a independência

transcendente do espírito com essa independência prática destruidora da sociedade, — todos estes mitos para a imaginação simples do povo, tôdas estas abstrações para o espírito sêco dos doutrinários, revestem contudo um carácter religioso ou poético, e é por isso mesmo, por serem anti-críticos, anti-científicos, que encantam ainda.»

Ao que supomos, a ardente falange integralista verá aqui a expressão rigorosa de muitas das ideas que perfilhou. Isto não significa, repetimos, que possamos dizer de Oliveira Martins que êle seja um integralista *avant la lettre*. Espírito confuso bastantes vezes mas com cultura filosófica variadíssima, êle é mais complexo — ainda quando consideremos, na sua multiface personalidade, só o teórico da Política, — êle é mais complexo do que um Maurras. Repelindo os abusos do racionalismo abstracto quando vai ao pormenor das instituições, reconhece-lhe legitimidade, todavia, como princípio muito geral dos desejáveis da consciência, e portanto da Política. Por isso mesmo, o Rei e o Catolicismo, tidos como elementos aproveitáveis quando já existam num país, não são considerados na sua teoria universalmente necessários, absolutos, fundamentais, como sucede no Integralismo. Comum com esta doutrina, tem a parte crítica e construtiva de que ela se apropriou, e que já estava em Proudhon, em Comte, em Taine, e em vários outros; mas falta-lhe o essencial do Integralismo, o que o define, individualiza e constitui: além dos elementos referidos, a rejeição dos princípios racionais e do critério da Igualdade.

Munido dêste pensar, e olhando para Portugal, vê nos seus males uma consequência, antes de tudo, do próprio temperamento do nosso povo, que lhe vem da história e da natureza, agravada, porém, pela importação do Liberalismo. ¿Cumprira, pois, ter deixado as cousas como estavam antes de 20 ou 34? De maneira nenhuma. «Deitar abaixo era indispensável», sustenta êle, — mas conservando, quanto possível, as antigas fórmulas da actividade do Estado; nem se devera abandonar de todo o direito político tradicional, com a correspondente representação por classes e instituições, nem a tradição do direito económico, pois, sem sair dela, a Europa germânica pôde resolver as questões de classes sociais, e abolir os restos de feudalismo:

«Dizer que a antiga idea do Estado coarctava a liberdade do trabalho, é um erro: porque só a coarctavam os abusos e as instituições caducas que lhe pervertiam a essência. Dizer que a idea do Estado paralisava o fomento da riqueza, é outro absurdo, — quando olhamos

para a opulência que as monarquias deram a muitas nações, sem excluir a nossa... Pois apesar de não terem condenado a autoridade social, como fizeram a França e os seus discípulos, deixaram de enriquecer os países germânicos?»

Lendo êstes períodos de Oliveira Martins, sentimos que a sua idea, na essência, contém uma crítica em parte justa; sentimos também, no entanto, que nos não deixa o espírito por completo satisfeito. Como tantas vezes lhe succede, não explica suficientemente, não é didáctico quanto convém; permanece excessivamente no domínio da generalidade, com seu estilo por demais sintético, quando se desejaria que mostrasse, ainda que a traços rápidos, o que poderia ter ficado das antigas instituições, e qual fôra a sólida opulência, perdurável sem o Brasil, que elas haviam dado a Portugal... Mais clara se nós apresenta a sua crítica ao liberalismo, — individualização de tôda propriedade, liberdade de tôda consciência; e no entanto... não se nos diz luminosamente como podia fazer-se de outra maneira. Melhor ainda, a explicação do radicalismo com que procederam os constitucionais: o temperamento abstractor, simplistamente racionalista, dêstes povos do Sul da Europa. A «broca da análise», empregada pelos liberais, dêra com êles na anarquia; e era êsse mesmo instrumento que levado mais fundo pela geração seguinte lhe mostrava na história uma evolução, na sociedade um organismo, no homem, não uma bondade natural pervertida pelas instituições, mas um animal rude e contraditório, que só chegara a ser pessoa por um longo trabalho de domesticação:

«Um tal corpo de ideas» — concluia Oliveira Martins — «leva o espírito para as doutrinas da máxima conservação; e aí ficaria, se nesse momento não reconhecesse também que a educação do homem ensinou-lhe cousas absolutas, muitas das quais o liberalismo anunciava. De aí resulta um ainda singular estado do espírito moderno, oscilando entre a conservação e a evolução; ao mesmo tempo ultra-demagógico e ultra-conservador; com a Igualdade por critério, e a Evolução por norma» (*Portugal contemporâneo*, I, 406).

A Igualdade por critério (e não como facto) é uma das «cousas absolutas» a que a própria religião nos acostumou, uma dessas ideas da razão, factos positivos da consciência, que, admitidas por Oliveira Martins, o impedem de cair no reaccionarismo, e o mantêm na coexistência das teses e das antíteses, nesta união das contraditórias, nas «antinomias fundamentais», que um exame sincero nos obriga a ver em toda a fenomenalidade do nosso espírito.

¿ Que convinha fazer, portanto, no caso particular do nosso país, para efectuar a reforma — por um lado demagógica, por outro conservadora — que as circunstâncias aconselhavam? Duas cousas a considerar: as reformas necessárias e a maneira de as introduzir. Pelo que respeita ao primeiro ponto, Oliveira Martins não foi omissor: estão aí, para o demonstrar, os seus livros de política e economia nacional. Considerados êsses livros, a sua obra sobreleva, de muito alto, ao pensamento politico português na segunda metade do século XIX. Havia o plano; havia as ideas; mas... — como passar à execução? ¿ Como vencer as resistências do sistema constituído, as do temperamento do nosso povo? A revolta positiva significava, não o remédio, mas o agravamento da anarquia; e tal idea, além disso, era totalmente inadmissível para o socialista catedrático, para o discípulo de Mommsen e de Bismarck, para quem lançava sobre o país, no momento de entrar na arena política, a apologia do cesarismo da sua *República romana*. No jogo constitucional, uma peça, e só uma, podia reagir contra o sistema: a Realeza. Tal era, no relativismo da sua doutrina, a jogada conveniente para as necessidades da ocasião. A força da intervenção seria o rei — e a cabeça êle, Oliveira Martins, e a elite intelectual que o rodeava. Assim o exigia a Razão de Estado — diante da qual devia apagar-se a própria ética individual, quanto mais as fórmulas das instituições!

Confessêmos imparcialmente que tinha grandeza o seu pensamento. *Em principio*, a intervenção do rei não repugnava aos melhores espiritos daquela época; admitia-a o escol da intelligência e, no grupo dos «Vencidos da Vida», aceitava-a o próprio Guerra Junqueiro; mais tarde, Fuschini proclamou-a no Parlamento. *Em principio*; mas na aplicação faltava saber, antes de tudo, se se encontraria no rei D. Carlos o prestígio necessário para tal empresa; se daria a nação um apoio sólido à obra enérgica de um reformador, ou se ela era, como parece, uma massa amorfa e desnucleada, em que tudo esborrega ao primeiro embate; se êle, Oliveira Martins, tinha faculdades de acção prática correspondentes às de economista; e se finalmente a sua nau política, a seguir por diante, não iria encontrar os brulotes vivos que êle próprio armara e incendiara — ou ajudara, por melhor dizer, a armar e a incendiar, — com as panelas de pólvora da sua *História*.

As circunstâncias, sem dúvida, provocavam a

intervenção. Começava a enublar-se mais fortemente aquella paz artificial a que se deu o nome de Fontismo. A propaganda republicana ia alastrando; com ela, o espirito de revolta no operariado. O historiador, olhando em roda, viu um partido de tradições gloriosas, o progressista, presidido por um homem venerabilíssimo, cujo prestígio se impunha a todos.

Alistou-se, pois, sob a chefia de Braamcamp, e iniciou a sua campanha com os meios usados em casos tais.

Entretanto, as grandes dificuldades foram estoirando: o ultimatum (golpe profundo na monarquia), o 31 de Janeiro, e finalmente a crise económica e financeira, com suas consequências naturais de falta de trabalho e agitação do povo. Era a baixa do câmbio do Brasil a diminuir o caudal do que de lá nos vinha; era o pânico das praças; era a falta de crédito no estrangeiro. Mariano de Carvalho, sob a presidência de João Crisóstomo, estava ministro da Fazenda. Acusado de abusos escandalosíssimos, que indignaram a opinião pública, demitiu-se em Janeiro de 92, — revelando, súbito, a grande mentira em que se vivera. O ex-ministro, num discurso na Câmara, expôs desoladamente as misérias do Tesouro, muito mais negras do que se supunha. Vistos pois os remédios crus que a situação estava exigindo, partido que subisse ao poder condenava-se ao suicídio. ¿ Não se condenaria quem quer que fôsse, ainda que fora dos partidos?

Pedia-se um governo não partidário; e assim se formou o ministério José Dias, com Oliveira Martins por financeiro.

A posição dêste, logo de principio, tem o aspecto de muito falsa. O encontro com José Dias era um puro acaso das forças em jogo, devido a não ter Oliveira Martins categoria politica bastante para presidente de ministério. Nem temperamento, nem formas de mentalidade, nem interesses intellectuais, nem afeição, nem ideas, estabeleciam vínculo entre os dois homens, — jurista solerte o presidente, experimentado e hábil no xadrez politico, incapaz confesso em questões de contas, e o outro economista, historiador, confiante, inábil e poeta. A acção do ministro da Fazenda compreendia estas *três fases*: 1.^a medidas financeiras de ocasião, para acudir aos apuros imediatos; 2.^a substituição dessas medidas, naturalmente violentas, por outras mais suaves e equitativas; 3.^a fomento geral de tôda a riqueza, obra profunda e de longo prazo, para estabilizar de futuro a Economia e a Finança. Como a ri-

queza de um País e de um Tesouro se não pode criar em 30 dias, e como o crédito estava fechado, é evidente que os primeiros actos, para tapar o rombo das finanças, haviam de ser, por necessidade, expedientes rápidos e superficiais: cortes de ordenados, supressão de verbas orçamentárias, aumento dos impostos mais manejáveis, diminuição dos juros da dívida pública, convénio com os credores externos, empréstimo, e, para evitar crises de trabalho e as desordens consequentes, suscitar a criação de fábricas novas por meio de pautas protectoras. Os que accusam o estadista de não ter apresentado outras ideas de mais profunda medicação, esquecem que aqueles haviam de ser, forçosamente, os expedientes *iniciais*, os quais pensava corrigir *na segunda fase da sua obra*, com a reorganização dos serviços, a remodelação do imposto, o alívio progressivo das primeiras vítimas, o estudo das indústrias mais viáveis a que se pudesse diminuir a protecção; que só esteve no governo quatro meses atormentados; e que as grandes medidas as apresentára já, profundas e concatenadas, em vários escritos que publicou, e, sobretudo, na obra prima de literatura política que é o *Projecto de lei de fomento rural*. Se lhe dessem tempo, eram essas de certo as que tentaria; e, se lhe não faltassem dotes práticos e auxiliares competentes para a execução, o seu plano collocá-lo-ia, como estadista, no primeiro lugar entre os mais beneméritos desde Castelo-Melhor até agora.

«Para mim», disse êle mais tarde — «o convénio e o empréstimo não eram mais do que o prólogo indispensável para posteriormente, e desembaraçado o terreno das dificuldades de ocasião, proceder à reconstituição do organismo financeiro e económico portuguez.»

Na sessão de 30, apresentou ao Parlamento o seu relatório, e com êle a proposta dos golpes urgentes para alívio immediato das finanças públicas: cortes de ordenados; elevação de contribuições; redução nos juros da dívida pública; autorização de negociar, com os portadores da dívida externa, um convénio de conversão pelo qual, — garantindo-se-lhes o pagamento do juro em ouro, e unificando-se os títulos num tipo novo, ou mantendo os tipos existentes, — os mesmos portadores concordassem em transformar até metade do capital, ou aceitassem pagamento de até metade dos seus juros, em cédulas do Tesouro, com ou sem prémios, pela verba anual que para êsse efeito fôsse destinada e pelo modo que fôsse estabelecido.

As três primeiras propostas traziam inimiza-

des ao governo, porque prejudicavam os interesses *immediatos* de cada pessoa em particular, ainda que concorressem para o bem geral, quere dizer, para o interesse *futuro* da maioria; e a quarta — o convénio, — foi considerada uma utopia por financeiros autorizados. Não nos cumprindo discutir êsse ponto, limitar-nos hemos a contar, um pouco adiante, como os factos se passaram.

A intriga, entretanto, tratava de desprestigiar o ministério; e uma parte do ministério, por seu turno, de desprestigiar Oliveira Martins. Quando quis demittir alguns funcionários, esbarrou na opposição dos seus colegas. José Dias, tortuoso e rábula, queria alijar quem lhe fazia sombra, não escrupulizando, para tal, em questão de fórmulas e de processos; e como o rei, por bom principio, só ouvia os chefes dos ministérios, Oliveira Martins viu-se isolado, com os políticos, os burocratas e os financeiros contra si. Atiravam-se ao público boatos absurdos, caluniosíssimos, sôbre a probidade do invejado ministro; e «o silêncio dos colegas e a tática habilidosamente ferina do rábula presidencial» — diz Cordeiro — «mais pareciam confirmar a baboseira pública». Imprimia-se nos jornais que o ministro representava no poder uma negociata financeira em beneficio dos Orleans, com o interesse dos soberanos e cumplicidade de Burnay; que pretendia com ela favorecer certos bancos, confiando-lhes os juros dos credores externos; que matara um mineiro em Santa Eufémia, o facinora! A turba dos políticos e dos jornalistas arremessava-se odienta contra êle; e julga-se assistir a uma caçada, a uma corrida geral a um animal selvagem, olhos fuzilantes, embriaguez de sangue, com tôdas as armas, todos os cães, tôdas as buzinas e todos os urros...

ANTÓNIO SÉRGIO.

Edições da "SEARA NOVA":

«ADÃO E EVA», por JAIME CORTEZÃO

Drama em 3 actos

Preço 3\$00 — 6 fr. — 1 d. 80 cents.

«BUCOLICA», por VIEIRA DE ALMEIDA

Preço 1\$50 — 3 fr. — 90 cents.

«PROBLEMAS ESCOLARES»

por FARIA de VASCONCELOS

Preço 3\$00 — 6 fr. — 1 d. 80 cents.